



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

— Instituído pela Lei Nº 4.294, de 6 de dezembro de 2023 —

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
ESTADO DO TOCANTINS
PALÁCIO DEPUTADO JOÃO D'ABREU

10ª LEGISLATURA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA

PALMAS/TO, QUINTA-FEIRA, 29 DE FEVEREIRO DE 2024.

ANO XXXIV - EDIÇÃO Nº **3743**



Deputados(as) 10ª Legislatura



Mesa Diretora



Comissões

Sumário

Esta edição contém 04 Páginas

ATOS LEGISLATIVOS	2
ATAS DAS COMISSÕES.....	2
ATOS ADMINISTRATIVOS	3
DECRETOS ADMINISTRATIVOS.....	3
PORTARIAS DA DIRETORIA-GERAL.....	3
ERRATAS.....	4

DIRETORIA DE ÁREA LEGISLATIVA
Diretoria de Documentação e Informação
Coordenadoria de Publicações Oficiais

Palácio Deputado João D'Abreu
Praça dos Girassóis - CEP 77003-905
Palmas - TO

Autenticidade da edição garantida quando
visualizada diretamente no portal
<https://www.al.to.leg.br/diario>

ATOS LEGISLATIVOS

Atas das Comissões

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO 10ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

Ata da Vigésima Sétima Reunião Ordinária Em 12 de dezembro de 2023

Às quatorze horas do dia doze de dezembro de dois mil e vinte e três, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados Gipão, Jorge Frederico, Moiseimar Marinho, Prof. Júnior Geo, Nilton Franco e as Senhoras Deputadas Cláudia Lelis e Vanda Monteiro. O Senhor Presidente, Deputado Nilton Franco, secretariado pelo o Senhor Deputado Professor Júnior Geo, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior, a qual foi lida e aprovada. No Expedientes foi lido o Requerimento 3/2023, de autoria do Presidente da Comissão dos Agentes Especialistas Socioeducativos, o Senhor Delaci Bezerra, que solicitou correção na Proposta de Emenda Constitucional 01/2023, que “altera o Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Tocantins RPPS- TO, adota outras Providências”. Em seguida, o Senhor Presidente leu o Despacho de Apensamento, que apensa ao Projeto de Lei 460/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “altera a lei nº 3.253, de 31 de julho de 2017, que, “declara patrimônio cultural e gastronômico do Estado do Tocantins as comidas típicas que especifica”; o Projeto de Lei 565/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “altera a lei nº 3.253, de 31 de julho de 2017, que, “declara patrimônio cultural e gastronômico do Estado do Tocantins as comidas típicas que especifica”. Em seguida, passou-se à Distribuição de Matérias. O Senhor Presidente Nilton Franco avocou o Projeto de Resolução 17/2023, de autoria da Mesa Diretora que “cria, atribui, regulamenta e estabelece Auxílio, e dá outras providências”; os Projetos de Lei de autoria do Executivo 19/2023, que “autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, com a garantia da União, e dá outras providências”; 21/2023, que “autoriza o Poder Executivo, por meio do Instituto de Terras do Estado do Tocantins - Itertins, a promover a regularização fundiária de imóveis rurais, e dá outras providências”; 22/2023, que “altera a Lei nº 2.007, de 17 de dezembro de 2008, que dispõe sobre o uso e a ocupação do solo, do subsolo e do espaço aéreo nas faixas de domínio e nas áreas lindeiras das rodovias estaduais e rodovias federais delegadas ao Estado do Tocantins, e autoriza o Poder Executivo a doar as áreas referidas, e adota outras providências”; 23/2023, que “dispõe sobre a estadualização e nova denominação das unidades escolares que especifica, e adota outras providências” e o Projeto de Lei 573/2023, de autoria do Senhor Deputado Gipão, que “dispõe sobre reconhecimento das instituições religiosas como instituições parceiras do sistema estadual de saúde pelos relevantes serviços prestados a sociedade tocantinense e a garantia da prestação de assistência espiritual e religiosa aos pacientes internados em estabelecimentos de saúde pública e privada”. O Senhor Deputado Gipão foi nomeado relator dos Projetos de Lei 17/2023, de autoria do Executivo, que “altera a Lei nº 3.617, de 18 de dezembro de 2019, que institui o Fundo Estadual de Transporte - FET, e adota outras providências”; 575/2023, de autoria do Senhor

Deputado Eduardo Fortes, que “dispõe sobre a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar por empresas que fornecem serviço de alimentação e recebem incentivos fiscais no âmbito do Estado do Tocantins”; de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, os Projetos de Lei 576/2023, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Coronel João Batista de Oliveira”; 578/2023, que “dispõe sobre a estadualização da estrada rural que liga a rodovia TO 030 na saída de Taquaruçu para Buritirana, com a BR-010 (KM25), entre Palmas e Aparecida do Rio Negro; 579/2023, que “dispõe sobre pontos de apoio para trabalhadores de aplicativos de entrega em shoppings centers e parques de alimentação privados no território das regiões metropolitanas do Estado do Tocantins”. O Senhor Deputado Professor Júnior Geo foi nomeado relator do Projeto de Lei Complementar 4/2023, de autoria do Tribunal de Justiça, que “altera a Lei Complementar nº 10, de 11 de janeiro de 1966, que institui a Lei Orgânica do Poder Judiciário do Estado do Tocantins e dá outras providências”; e os Projeto de Lei de autoria do Tribunal de Justiça 5/2023, que “dá nova redação ao art. 27 da Lei nº 4.240, de 1º de novembro de 2023, que dispõe sobre custas judiciais e adota outras providências”; e 6/2023, que “dispõe sobre a recomposição dos vencimentos dos servidores efetivos ativos, inativos e pensionistas e comissionados do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, decorrente da perda salarial ocasionada pela conversão da moeda em URV, na forma do art. 22 da Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994”; e os Projetos de Lei 581/2023, de autoria do Deputada Valdemar Júnior, que “declara de Utilidade Pública o Instituto Nacional de Assistência Social e Educacional Vida, município de Palmas - TO”; e o 582/2023, de autoria do Deputado Ivory de Lira que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Pequenos Produtores do P. A. Remanso, entidade sem fins lucrativos, criada em 27 de fevereiro de 2017, com sede na Fazenda Remanso, município de Palmeirante do Tocantins”. O Deputado Jorge Frederico foi nomeado relator dos Projetos de Lei de autoria do Executivo 18/2023, que “altera a Lei Estadual nº 3.905, de 1º de abril de 2022, que dispõe sobre a autorização à alienação dos lotes dos Projetos Públicos de Irrigação - PPIs que especifica, e adota outras providências.” e 20/2023, que “altera a Lei nº 4.237, de 16 de outubro de 2023, que cria o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - Cedim -TO, e adota outras providências” e os Projetos 574/2023 de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao senhor Emival Eterno da Costa - Leonardo”. Na Ordem do Dia foram lidos e deliberados os pareceres das respectivas matérias: os Projetos de Lei de autoria da Defensoria Pública 1/2023, 3/2023 e o Projeto de Lei complementar 3/2023, os Projetos de Lei 12/2023, 14/2023, de autoria do Executivo; as Medidas Provisórias 21/2023 e 23/2023; os Projetos de Lei 316/2023, 344/2023, 446/2023, 388/2023, 508/2023, 513/2023, 527/2023, 531/2023 tiveram seu pareceres aprovados e encaminhados à Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; sendo que os Projetos de Lei 344/2023 e 388/2023 foram aprovados os pareceres de vistas. O Projeto de Lei 197/2023 teve seu parecer aprovado e encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Desporto. O Projeto de Lei Complementar 2/2023 teve seu parecer aprovado e encaminhado ao Arquivo. Os Projetos de Lei 425/2023, 426/2023, 485/2023 tiveram seus pareceres aprovados e encaminhados ao Plenário. Após o Senhor Presidente conceder vistas conjunta da Medida Provisória 22/2023, ao Senhor Deputado Professor Júnior Geo e a Senhora Deputada Vanda Monteiro; e dos Projetos de Lei 317/2023 e 320/2023 à Senhora Deputada Cláudia Lelis; encerrou os Trabalhos às dezesseis horas e cinquenta e sete minutos, convocando Reunião Extraordinária para dentro de até um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
10ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Vigésima Oitava Reunião Ordinária
Em 20 de fevereiro de 2024

Às quatorze horas do dia vinte de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, o Senhor Deputado Professor Júnior Geo deixou de abrir por falta de quórum a Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e convocou Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que será assinada e publicada.

ATOS ADMINISTRATIVOS

Decretos Administrativos

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 216/2024

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Lei nº 4.209, de 2023, alterada pela Lei nº 4.250, de 22 de novembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Maria Vitorina Gomes Ramos para o cargo em comissão de Secretário Parlamentar - SP-13, no Gabinete do Deputado Nilton Franco, a partir de 1º de março de 2024.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 28 dias do mês de fevereiro de 2024.

Deputado AMÉLIO CAYRES
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 217/2024

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Lei nº 4.209, de 2023, alterada pela Lei nº 4.250, de 22 de novembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR Emilly de Castro Neves, matrícula 17049, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar - SP-13, do Gabinete do Deputado Moisés Marinho, a partir de 1º de março de 2024.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 28 dias do mês de fevereiro de 2024.

Deputado AMÉLIO CAYRES
Presidente

Portarias da Diretoria-Geral

PORTARIA Nº 162/2024 - DG

**Republicada por incorreção*

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com o disposto art. 116, inciso IX, da Lei nº 4.209, de 11 de agosto de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º LOTAR na Diretoria de Operações Legislativas, o servidor HUMBERTO MASCARENHAS DE MORAES, matrícula nº 286.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 1º de março de 2024.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 26 dias do mês de fevereiro de 2024.

IRISFRAN DE SOUSA PEREIRA
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 174/2024 - DG

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com o disposto art. 116, inciso IX, da Lei nº 4.209, de 11 de agosto de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º LOTAR na Diretoria de Modernização Tecnológica, o servidor MÁRCIO BEZERRA DE OLIVEIRA, matrícula nº 740.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 1º de fevereiro de 2024.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 28 dias do mês de fevereiro de 2024.

IRISFRAN DE SOUSA PEREIRA
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 175/2024 - DG

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso da atribuição que lhe confere o art. 116, inciso IX da Lei 4.209, de 11 de agosto de 2023, com fulcro no art. 37 da Lei nº 1818, de 23 de agosto de 2007,

Considerando que a servidora Lucilene Assunção Oliveira Cavalcante Cardoso, matrícula nº 8293, Diretora de Taquigrafia e Revisão, encontrar-se-á afastada por motivo de férias,



RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor Marlon Brando Pereira Feitosa, matrícula nº 304, para responder pelo referido cargo no período de 12/03/2024 a 26/04/2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 28 dias do mês de fevereiro de 2024.

IRISFRAN DE SOUSA PEREIRA
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 176/2024 - DG

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 116, IX, da Lei nº 4.209, de 11 de agosto de 2023, e considerando a Portaria CCI nº 228 - RVG, de 27 de fevereiro de 2024, publicada no Diário Oficial nº 6519,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 1005/2023-DG, que lotou no Gabinete do Deputado Eduardo Fortes, a servidora RAQUEL OLIVEIRA DE SOUSA ALENCAR, matrícula nº 813131-1, Assistente Administrativa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 28 dias do mês de fevereiro de 2024.

IRISFRAN DE SOUSA PEREIRA
Diretor-Geral

Erratas

ERRATA

Dispõe sobre correções no texto do decreto abaixo:

01. No Decreto Administrativo nº 184/2024, publicado no Diário da Assembleia nº 3738, de 22 de fevereiro de 2024,

Onde se lê:

Art. 1º (...)

Heriella Santos Andrade

Leia-se:

Art. 1º (...)

Hariella Santos Andrade

Palmas/TO, 28 de fevereiro de 2024

IRISFRAN DE SOUSA PEREIRA
Diretor-Geral



Assembleia Legislativa,

há 35 anos
Unindo o Tocantins



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO TOCANTINS